

# PERMANENCIAS E DESCONTINUIDADES NAS BARRANCAS DO VELHO CHICO: UM ESTUDO DE HISTORIA LOCAL NO MUNICIPIO DE JANUARIA(MG)\*

*Zara Toscano Correia\*\**

*Profa. Dra. Maria Clara T Machado\*\*\**

**Resumo:** Este artigo analisa a constituicao historica do municipio de Januaria, interior de Minas Gerais, como forma de apreender as aparentes contradicOes presentes em sua realidade social contemporanea. Dialogando com uma vasta documentacao produzida por: viajantes, naturalistas, cronistas, engenheiros, estadistas, poetas, literatos e memorialistas, estabelecemos uma relacao entre seu passado glorioso e a subsequente decadencia economica. Nosso ponto de partida sao os aspectos de continuidades, rupturas e descontinuidades com o passado, presentes na paisagem social do municipio hoje. Observamos que a comunidade civil organizada, reivindicando criterios de identidade e pertencimento, busca participar das novas condicoes impostas pela modernidade, evidenciada na luta pela demarcacao de territorios ancestrais, na adequacao de praticas populares as normas de financiamento publico ou, ainda, pelo incentivo ao desenvolvimento turistico.

**Unitermos:** Historia Local; rio Sao Francisco; Januaria

**Abstract:** This article analyses the historic constitution of Januaria city, in the interior of Minas Gerais, as a way of learning the appearing contradictions in its contemporaneous social reality. Dialoguing with a wide documentation produced

" Este artigo é parte da discussao apresentada na tese que ora desenvolvemos junto ao PPG-His/UFU, sob o titulo provisório: Permanencias e resistencias religiosas no sera° de Minas Gerais: interfaces entre festas religiosas e politicas publicas — Januaria 1962/2010;

Doutoranda do Programa de Pós-Graduando em História da UFU (PPG/INHIS/UFU), projeto financiado pela FAPEMIG, sob orientacao da profa. Dra. Maria Clara Tomaz Machado.

\*\*\* Professora do PPG/INHIS/UFU.

by: travelers, naturalists, chronicler, engineers, statesmen, poets, literati, memorialists, we established a relation between its glorious past and the subsequent economy decadence. Our starting point are aspects of continuities, ruptures and discontinuities with the past, present at the social landscape from the city nowadays. We've noticed the organized civil society, claiming identity criteries and belonging, looks for participate of the new conditions imposed by modernity, emphasized by the fighting for ancestors territory demarcation, at the adequacy of practices popular to the public financing or, still, by the incentive to the touristic development.

Keywords: Local History, Sao Francisco river, Januaria

[...] o conjunto da paisagem apresenta urn aspecto muito agradavel. Nesse local o rio cone corn extrema lentidao e assemelha-se a um belo lago [...] o Or do Sol foi admiravel; do lado do ocidente o ceu era da mais bela cor de pilrpura que ja vi; o rio refletia essa cor brilhante; uma calma profunda reinava na natureza; algumas canoas pareciam voar sobre as aguas e nem sequer enrugavam-lhe a superficie. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 345)

A paisagem vista das barrancas de Januaria retrata um cenario realmente belo. O botanic<sup>o</sup> fiances August de Saint-Hilaire registrou corn sensibilidade suas impressoes ao aportar ali em 1817. Januaria é hoje apenas uma pacata cidade, da margem esquerda na calha do rio Sao Francisco. A sua atual importancia no contexto do estado é relativa diante da centralidade politica e economica de outrora. Com uma extensao territorial de 6.601,65 km<sup>2</sup>, j a foi considerado um dos maiores municipios do estado de Minas Gerais, corn 55.372 km<sup>2</sup>, em sua origem. Nas palavras do memorialista Ant8nio Emilio era "[...] quase urn estado, que ladeava o Rio Sao Francisco pela margem esquerda desde o Rio Pardo ate o rio Carinhanha e pela margem direita, do Rio Mangay ao Rio Doce." (PEREIRA, 2004, p. 346)

Alem do grande rio, o municipio é privilegiado em todo o seu interior com inumeras nascentes, veredas, correjos e rios. Atualmente, Januaria possui sete distritos (Brejo do Amparo, Levinopolis, Riacho da Cruz, Sao Joaquim, Tejuco, Pandeiros, Varzea Bonita) e polariza na micro-regiao no Norte de Minas Gerais 16 municipios: Bonito de Minas, Chapada Gaucha, Conego Marinho, Icarai de Minas, Itacarambi, Januaria, Juvenilia, Manga, Matias Cardoso, Miravania, Montalvania, Pedras de Maria da Cruz, Pintopolis, Sao Francisco, Sao Joao das Missoes e Urucuia. A sua dinamica economica atual gira, em primeiro lugar, em torno do setor de comercio e servicos, e, em segundo, do setor agropecuario. (IBGE, 2011; PEREIRA, 2004)

Em Januaria, permanencias e descontinuidades, saltam aos olhos o tempo todo, o novo e o velho, o tradicional e o moderno sao clivagens que se insinuam em um

rapid° olhar. No esforco por compreender melhor esses contrastes, empunhando as lentes da Micro-História, partimos para uma Tonga e sinuosa travessia'. Nessa viagem, carregada de estranhamentos e de compreensões, me lembrei das sabias palavras de Guimaraes Rosa: "[...] o senhor mal conhece esta gente sertaneja. Em tudo, eles gostam de alguma demora." (ROSA, 2001, p. 277).

Arrolando uma vasta documentação produzida sobre o município, nos vimos na contingência de enredá-la em uma trama que permitisse produzir uma versão menos fragmentária, imprimindo uma lógica para uma realidade aparentemente caótica. Primeiro, unimos os fragmentos dispersos para formar os fios da meada. Refletindo entre o que é e o que foi, pinçamos eventos de sua história social que pudessem explicar: o que levou Januária de próspera Vila no final do século XIX a um dos municípios mais corruptor do país, segundo a mídia, no início do século XXI?

Diante da cidade de Januária, ruas, vielas e becos, da sua parte mais antiga, estão a contemplar placidamente as Águas do Velho Chico. O casario antigo, com suas platibandas decoradas com rendilhados e rococos de influência barroca, as ruas tortas e estreitas, que em alguns pontos não permite sequer a passagem de um automóvel, e as ruínas de velhos depósitos, são os testemunhos silenciosos da pujança de outrora, quando a efervescência caótica da cidade portuária enchia as ruas de vida, barulho e movimento. Mas, tal como a arquitetura em ruínas, as lembranças de um passado glorioso também estão embotadas pelos longos anos que os separam do presente.

No seu entorno, podemos acompanhar no horizonte a silhueta das serras que a circundam. Para além dessas serras estão os extensos chapadões dos *Gerais*, território recoberto por uma vegetação de cerrado e entremeado por exuberantes áreas de veredas:

Apesar do solo pouco fértil, os Gerais constituem campos naturais de pastagem que apresentam, em alguns pontos, baixadas salobras onde o sal pode ser aproveitado pelo gado. Mais ao norte, de Januária para cima, o cerrado é substituído pela caatinga com vegetação rasteira e solo arenoso. (MATA-MACHADO, 1991, p. 23).

Geraizeiros é o nome que se dá aos seus habitantes. Carlos Alberto Dayrell distingue diferentes categorias de agrupamentos geraizeiros no sertão de Minas Gerais,

1 Travessia é a metáfora central na obra de Guimaraes Rosa, Grande Sertão: veredas, e a utilizamos aqui no sentido de viagem tal como a definiu Richard Burton em sua travessia pelo Sdo Francisco: "(...) Na América do Sul Espanhola, 'travessia' a uma viagem por terra. No Sdo Francisco, a travessia, ou viagem, começa normalmente, em Pirapora e se numera em trinta leguas. Ouvi um barqueiro, quando tínhamos dificuldade em atravessar o rio, falar em 'travessa braba'. (BURTON, 1977, p. 202).

variando de acordo com o modo de vida e o território que ocupam. Quando habitam o entorno das veredas, são os veredeiros, praticam a agricultura nos solos amidos e pretos das veredas; quando moram na região de caatinga, são os caatingueiros, que convivem com uma vegetação mais agreste, e permite a produção de algodão e mandioca. Nesses territórios vivem populações camponesas, indígenas, quilombolas, coletores, etc, que ocupam secularmente essa região. (DAYRELL, 2000, 191). Existem também os barranqueiros, que habitam próximo as barrancas do Velho Chico e tradicionalmente se dedicam a pesca e a agricultura de vazante.<sup>2</sup>

Esparsos dentro do território, os geraizeiros ocupam, em geral, as margens dos rios menores, con-egos, veredas e brejos. Vivem em pequenas posses, ou como agregados em grandes fazendas, ocupando as terras adjacentes. Sua população divide suas atividades entre a pecuária, a agricultura, as artesanias com fibra, cerâmica e couro, além da coleta de vegetais e da caça. A produção é de tipo familiar, e geralmente é levada para ser comercializada em Januária, incluindo os produtos gerados pelo extrativismo, como frutos e sementes da estação.

O Mercado Municipal de Januária renne uma parte dessa rica produção micro-regional, condensando uma grande diversidade de produtos retirados dos Gerais e do Rio: são vassouras e esteiras de buriti, artesanatos em barro, couro, madeira, fibras, utensílios em flandres e lathes; licores, cachacas, rapaduras, queijos, requeijos, óleos, essências, folhas, raízes, ervas medicinais, temperos, peixes secos e frescos, mantas de banha de porco salgada, fumo de rolo e muitos outros itens, que em diferentes formas, tamanhos e cores enchem os olhos dos fregueses com a riqueza dessas cercanias.

Januária também um lugar privilegiado do ponto de vista histórico e social. Por um lado, conhecimentos ancestrais foram preservados a passagem dos séculos, sobrevivendo como modos de vida que se alteram muito lentamente na região. Por outro lado, ao longo de seus quatrocentos anos de ocupação colonial, uma profusão de discursos foram produzidos por viajantes, naturalistas, cronistas, en-

Uma vasta bibliografia pode ser arrolada sobre esse tema, indicamos aqui: PORTO-GOK ALVES, Carlos Walter. As Minas e os Gerais: breve ensaio sobre desenvolvimento e sustentabilidade a partir da Geografia do Norte de Minas. In.: LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: UNIMONTES, 2000, p. 19-45; CLEPS JR.; BRANDAO. C. R. (orgs.) *Tempos e Espaços nas Comunidades Rurais no Alto e Médio São Francisco, Minas Gerais: uma pesquisa interdisciplinar sobre permanências e mudanças nos modos de vida em comunidades rurais ribeirinhas. Relatório de Pesquisa: Edital MCT/CNPq 61/2005 — Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas — Processo 401205/2006-1, Uberlândia/Montes Claros: CNPq, 2009; RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sera°, Lugar Desertado: o cerrado na cultura de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. (Vol. I e Vol. II); LUZ, Cláudia & DAYRELL, Carlos (orgs.). **Cerrado e Desenvolvimento: tradição e atualidade**. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000, p. 47-106; entre outros.*

genheiros, estadistas, poetas e literatos e memorialistas que se dedicaram ao relato de suas experiências na descida de um dos maiores rios do país, muitos deles a serviço da coroa portuguesa, do império, ou do estado brasileiro. Nesse sentido, uma gama considerável de informações sobre o vale do São Francisco, desde os primórdios da ocupação portuguesa, foi se acumulando, facilitando as análises de longa duração nessa região.<sup>3</sup>

Antes da chegada dos portugueses, seus habitantes designavam esse imenso rio como o rio-mar. Todavia, em 1501, Américo Vesputiano ao descer em expedição do Nordeste para o Sul do continente pelo litoral, deparou-se com o enorme caudal de águas doces em seu encontro com o Oceano Atlântico, atribuiu-lhe, como de costume, o nome do santo do dia. A região do Médio São Francisco, que tratamos neste estudo, foi alcançado por desbravadores portugueses em 1554, com a expedição capitaneada por Francisco Bruzza de Espinosa, um castelhano que estivera no Peru em busca de pedras e metais preciosos contratado pela coroa portuguesa. Os relatos dessa entrada foram produzidos sob a pena do padre jesuíta João de Alspicqueta Navarro que narra o encontro "de um rio mui caudal, por nome Para, que segundo os índios nos informaram é o rio de São Francisco e é mui largo [...]". (ABREU, 1989, p. 106).

Somente cerca de um século e meio mais tarde outros desbravadores se aventuraram na entrada dessas terras protegidas por densas matas e povoadas por inúmeras etnias indígenas *insubmissas* e de difícil *pacificação*. Ricardo Ribeiro lista: os Cataguás, os Kayapo do Sul, os Guayana, os Akroa e os Xacriaba como os principais grupos indígenas encontrados pelos colonizadores europeus no Sertão Mineiro, todos pertencentes ao tronco linguístico Macro-Jê, e "que se espalhavam pelas áreas tropicais do interior do Brasil, onde predominavam os ambientes abertos de Cerrado e Caatinga". (RIBEIRO, 2000, p. 75). Luciene Rodrigues, tomando por base o levantamento de Nelson de Senna, indica a presença de outras nações, como os: Abaitard, Caninde, Cariri, Catole, Caiapó, Guaíba, Crixá, Cururu, Goland, Kiriri, Tremembe, Tupi. (RODRIGUES, 2000, p. 111).

No final do século XVII, iniciaram as explorações mais sistemáticas de bandeiras e entradas no território onde hoje se encontra o Norte de Minas Gerais. De São Paulo, bandeirantes vinham em busca de metais preciosos e de *escravos da terra*. Das capitânicas da Bahia e Pernambuco, "descia" o gado pe duro, ou *curraleiro*, impor-

Se o período histórico foi rico na produção de informações sobre o São Francisco, muito antes disso outros povos e civilizações, que habitaram toda a extensão desse fértil vale, também deixaram as suas inscrições e marcas. Sítios arqueológicos atestam a presença de sociedades organizadas há pelo menos 12.000 anos, que viveram ou, simplesmente, passaram pelo vale, deixando marcas silenciosas de uma presença. Ali foram identificados e catalogados diversos abrigos, ossadas, utensílios, ferramentas, armas, urnas funerárias, silos de alimentos, pedras polidas, pinturas rupestres (zoomórficas, geométricas e antropomórficas).

tado das colonias africanas e criado *a largo* em todo o vasto sertao que vai do Piaui ate as margens do Sao Francisco, se espalhando ate o Tocantins. (COELHO, 2005).

Todavia, a esse tempo o *deserto* do Sao Francisco ja era habitado. Alem das etnias que ja indicamos, haviam africanos que, trazidos aAmerica Portuguesa na condicao de escravos, por vezes conseguiam evadir pelos sertoes, formando prosperos quilombos e mocambos; degredados da Justica que, ao serem abandonados a propria sorte em territorio desconhecido, muitas vezes, se juntavam as nacoes indigenas ou aos quilombos; havia ainda, os devedores e foragidos da coroa portuguesa, embrenhados pelos sertoes, onde dificilmente poderiam ser encontrados.

As terras no entorno do Vale do Sao Francisco, na porcao onde hoje se encontra Januaria, foram doadas sob a forma de sesmarias, no final do seculo XVII, a Mathias Cardoso de Almeida, famoso bandeirante paulista, que colaborou com as expedicoes de Fernao Dias em busca das tao sonhadas esmeraldas, e lutou nas guerras de exterminio e reducao de inumeras nacoes indigenas nos sertoes. De acordo com Joao Batista de Almeida Costa, estas possessoes foram entregues a Mathias Cardoso como forma de pagamento ao "apaziguamento" dos indios insurretos do Ceara:

Em 1689 é reforgado o pedido de auxilio a Camara de Sao Paulo e mencionado o nome de Mathias Cardoso de Almeida que, indicado, é nomeado Governador Absoluto da Guerra contra os indios, ao mesmo tempo em que era feita uma reformulagao no comando da guerra para dar ao bandeirante paulista o poder absoluto. Foram entregues cem mil reis a serem distribuidos como the parecesse melhor entre as gentes das armas que marchariam ate o Nordeste. Em 1690 recebe do Governo Geral uma sesmaria com 80 leguas entre as nascentes dos rios Pardo e Doce por aceitar comandar a guerra contra os indigenas confederados. (COSTA, 2006, p. 42)

O titulo de Governador Absoluto da Guerra contra os indios foi dado para que Mathias Cardoso combatesse na Guerra dos Barbaros, deflagrada em 1687 no Ceara. Segundo Joao Batista Costa, Mathias Cardoso marchou de Sao Paulo com parte de seus homens para o medio Sao Francisco e "assentou praca" por um ano a espera do restante das tropas, ordenou o plantio de rocas para alimentar seus homens e, possivelmente, empreendeu algumas edificacoes<sup>4</sup>. Depois disso, teria

Ao analisar o testamento de Mathias Cardoso de Oliveira (nao confundir com o bandeirante Mathias Cardoso de Almeida), filho mais velho de D. Maria da Cruz Porto Carrero e Salvador Cardoso, Giselle Fagundes e Nahilson Martins, afirmam que: "(...) é muito provavel que este Ultimo (Manoel Francisco de Oliveira) estivesse pelos menos desde 1684 desbravando as margens mineiras do Selo Francisco em companhia de seu cunhado, o mestre de campo Mathias Cardoso de Almeida". Se, realmente, a Capela de N. S. do Rosario, existente no Brejo do Amparo, for de 1688, como afirma o laudo do IEPHA/MG e bem provavel que tenha sido por obra dessa primeira estada desses bandeirantes paulistas. C.f.: FAGUNDES, Giselle; MARTINS, Nahilson. **Alvara de Perdio Concedido a D. Maria da Cruz, viuva.** Montes Claros: s.ed. p. 17, 2006;

partido para a balm do Jaguaribe, comandando urn exercito de mil e duzentos homens (COSTA, 2006, p. 43). Em 1694, corn o fim dos combates no Ceara, retornou a Sao Paulo, para buscar sua numerosa parentalha a fim de se fixarem em definitivo as margens do Sao Francisco.

A principal rota de transit° entre a Bahia e a regioao das Minas, nesse periodo, era realizada pelo "Caminho Geral do Sertao", que no final do seculo XVII constituia uma das mais vastas redes de movimentacao de imigrantes escravos africanos, mercadores, tropas e tropeiros, viajantes estrangeiros.<sup>5</sup> O Caminho Geral do Sertao, segundo a descricao do jesuita Andre Joao Antonil, no ano de 1711, iniciava-se na "cidade da Bahia" e seguia em direcao ao Rio das Velhas, pela margem direita do rio Sao Francisco, lado baiano, ora mais perto, ora mais distante do rio (ANTONIL,1982, p.186-7). Este caminho marcou a expansao de inmeros currais de gado ao longo da regioao do medio Sao Francisco e dos seus afluentes, abastecendo as populaciies das minas, dos arraiais e povoados. Por esse motivo o Rio Sao Francisco nesse periodo ficou conhecido como rio dos Currais. Rosangela Correa da Silva indica em seu estudo que: "o Caminho Geral do Sertao era, muito antes do surgimento e abertura do Caminho Novo do Rio de Janeiro, em 1725, a principal rota usada pelos comerciantes e fazendeiros, os quais teceram relacoes mercantis corn Minas Gerais, Portugal e Africa." (SILVA, 2007, p. 23)

Com a morte do Capitao de Campo Mathias Cardoso de Almeida assumiu seu lugar seu filho Januario Cardoso de Almeida Brandao, Imico herdeiro da sesmaria. Instalou-se no arraial de Morrinhos (atual cidade Matias Cardoso) fundado por seu pai, e ali estabeleceu o seu quartel general. Nos primeiros anos do seculo XVIII deu-se inicio a ocupacao de sua enorme sesmaria. A estrategia adotada foi a divisdo das terms em grandes glebas e distribuidas aos seus parentes e homens de guerra, que, por sua vez, fundaram fazendas e povoados ao longo das barrancas do alto-medio Sao Francisco.

Dessa ocupacao, nasceu diversos povoados, a Vila Risonha de Santo Antonio da Manga de Sao Roma° (atual Sao Romao), fundado por Manuel Francisco de Toledo, cunhado de Mathias Cardoso, depois de violento confronto corn os indios que habitavam a imensa ilha de Guaibas, em frente a atual cidade. O povoado das Pedras de Cima, que depois se tornou Pedras dos Angicos (atual municipio Sao

Quando na primeira fase de colonizacao portuguesa, sob a administracao conhecida como Capitancias Hereditarias, a margem esquerda do rio SãC) Francisco pertencia a Capitania de Pernambuco, enquanto que a margem direita pertencia a Capitania da Bahia. As gigantescas extensOes de terra, que iam da Bahia ate a Barra do Guaiacui-MG (no encontro corn o rio Velhas), pertenciam a duas familias apenas, ao cla Garcia D'Avila (Casa da Torre) do lado direito, e a familia de Antonio Guedes de Brito (Casa da Ponte) na outra margem, suas criacks de gado se estendiam ao longo do vale do Rio Sao Francisco, liberando o litoral para o plantio exclusivo da cana de achcar.

Francisco), fundado por Domingos do Prado Oliveira. O povoado de Pedras de Baixo (hoje o município Pedras de Maria da Cruz), fundado por Salvador Cardoso de Oliveira. Januario Cardoso ocupou-se também do aldeamento e submissão dos índios que habitavam a região. Escravizou e dizimou muitos, outros tantos foram reduzidos a Missão do Sr. São João do Riacho do Itacarambi. Essas terras foram cedidas como estratégia de contenção da população nativa em um território delimitado e de fácil controle, liberando o restante em favor da missão imperial.<sup>6</sup>

Onde e hoje a cidade de Januária havia uma grande aldeia Caiapo. Para Antônio Emílio, os Caiapos do Itapiracaba era:

o Último bastião indígena, nas margens do médio São Francisco. Os Caiapos, ramo mais bravo da grande nação Ge eram os mais hábeis flecheiros do Brasil. Os portugueses os chamavam de Bilreiros em razão das grandes clavas com que andavam armados. (PEREIRA, 2004, p. 63)

No entanto, essas terras foram doadas a Manuel Pires Maciel pela ativa participação no extermínio e expulsão dos Caiapos, e também como pagamento pelas lutas travadas com os índios da ilha de Guaibas, em São Romão, um ano antes da conquista do Itapiracaba, possivelmente por volta de 1701. Manuel Pires Maciel Parente era um português foragido da coroa que vivia há alguns anos entre esses Caiapos do Itapiracaba. Quando Januario Cardoso passou a combatê-los, Manuel Pires Maciel juntou-se a seus homens. Como recompensa, recebeu as terras em que estavam assentados. Richard Burton relata a lenda que ouviu sobre Manuel Pires e sua descendência:

[...] os filhos do conquistador encontraram uma criança, que foi batizada como Catarina, criada como cristã e que, afinal, se casou com seu captor. Deu-lhe duas filhas (...) o nome de Maciel misturou-se, então, ao de muitas famílias portuguesas, Bitencourt, Gomes, Moreno, Proença e Carneiro. A descendência de Catarina forma hoje um clã de 4.000 almas, cujos cabelos escorridos, tez acobreada e olhos oblíquos, ainda revelam os traços de seus antepassados nativos. (BURTON, 1977, p. 214)

A constante transumância das águas do São Francisco ensinou prudência a esses primitivos colonizadores, que assistiram em muitos outros arraiais as edificações

Uma parte do que foi essa redução está localizada no atual município de São João das Missões. Após sangrentas lutas para a sua demarcação foi, finalmente, reconhecido pelo Governo Federal em 1988. A população Xacriaba conseguiu eleger o prefeito e vários membros para o Legislativo. Um processo de retomada de terras para a ampliação do território está em curso. Sobre o tema recomendamos: OLIVEIRA, Alessandro Roberto de. **Política e Políticos Indígenas: a experiência Xacriaba**. 2008. Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social). Brasília: UnB, 2008; ESCOBAR, Suzana A. **Educação Indígena no Universo Xacriaba: saberes, cultura e história de lutas na vida e na voz de seu povo**. 2004. Dissertação (Educação Escolar), Uberlândia: UFU, 2004; PALADIN JR, Heitor Antônio. **Etnogeografia: reflexões sobre a educação escolar, a espacialização e a territorialização do povo Xacriaba no norte de Minas Gerais**, 2010. Tese (Geografia Humana). São Paulo: USP, 2010; entre outros.

serem tragadas pelas Aguas do rio. Dessa forma, o povoado Brejo do Amparo, ou Brejo do Salgado como ficou conhecido, estabeleceu-se a cinco quilometros do Sao Francisco. Sua origem foi relatada por Diogo de Vasconcelos, em sua Hist& ria Media de Minas Gerais, em 1918:

[...] o local escolhido foi a uma legua acima, em terras enxutas, quase ao sope da serra e, ali, a primeira coisa que se fez foi plantar os peeks direitos da capela e cercou-lhe o adro Corria entao o dia consagrado ao Patrocinio da Santa Virgem, segunda dominga de novembro. A capela foi por isso votada a Nossa Senhora do Amparo, nome que o arraial tambem obteve. (VASCONCELOS, 1974, p. 43-44)

De acordo corn o Dicionario Geografico Brasileiro:

Denomina-se esse paiz Brejo do Salgado, porque as Aguas de um ribeirao, que rega o arraial e fertiliza as suas vizinhancas, sao salobras [...] desde sua origem cone o dito ribeirao por uma planura de quatro leguas, chamada Brejo, bordada pelo Oriente e Ocidente de serras ate o arraial, onde os montes tomam diversas directies, fazendo uma vastissima e coberta de pequenas arvores ate as margens do rio. EE este brejo tao pingue(sic) que ainda hoje produz a canna doce, nos logares onde ha mais de 100 annos se fizeram as primeiras plantacoes delle, suas terras criam todos viveres, fructas e quaesquer vegetaes, sem a dependencia de estrumes, e com abundancia. (Dicionario Geografico do Brasil, 1896, p. 270.)

Saint-Hilaire, que teve uma otima impressao sobre o Brejo do Salgado, atribuia a longevidade de seus moradores as qualidades do lugar. De acordo corn ele, havia moradores corn 90 anos de idade bastante vigorosos. Para ele esse era um dos motivos que atraia varios brancos para o povoado, e acrescenta que:

A prosperidade reina entre os habitantes de Salgado. Parece que varios deles possuem grande quantidade de escravos, e meu proprio hospedeiro tinha setenta. O bem estar conduz naturalmente a alegria, por isso, observei muito maior jovialidade em Salgado que noutros lugares. Reunem-sea noite para jogar cartas ou gamao. Fazia-se musics, que nao era ma, e ensaiava-se mesmo, por occasiao de minha passagem, uma pep de teatro que deveria ser breve representada. (SAINT-HILAIRE, 2000, p. 347)

O povoado edificado no sope da serra que acompanha o rio Sdo Francisco se especializou no cultivo da cana de \*rear, para a producao de rapadura e cacha-  
alem de diversos generos alimenticios e a criacdo de gado vacum, cavalari, caprinos entre outros complementavam a economia.

No passado, toda essa rica producao do Brejo do Salgado e dos gerais adjacentes era comercializada atraves do porto, o Porto do Brejo do Salgado, ou simplesmente Porto do Salgado (atual cidade de Januaria). A principio os fazendeiros esco-

yam a producao atraves do porto que ficava na localidade denominada Venda, que servia tanto aos fazendeiros do Brejo quanto aos do povoado Mocambo (atual Distrito de Levinopolis). De acordo com Manuel Ambrosio, esse lugarejo foi sendo assoreado ano apos ano pelas cheias do rio e a sua populaedo acabou deixando o local, em busca de barrancos mais seguros. Assim, em 1792, os fazendeiros da regio se consorciaram na construedo de um novo porto:

[...] fazendeiros da Boa Vista, Boqueirao, Tocantins e do Santo Antonio reuniram esforcos e recursos e construíram uma estrada em linha reta em direcco ao Rio, uma legua distante, isto em 1792.

A seguir, levantaram um grande armazem para depósito de sal e mercadorias diversas, cavando ao mesmo tempo, no barranco, um excelente porto para atracacao. Em breve, todo o comercio dos arredores, acima e abaixo do Sfto Francisco, convergia para o local que, por isso mesmo, cresceu em tamanho e importancia, recebendo o nome de porto do Brejo do Salgado. (AMBROSIO, s/d., p. 18)

Ainda de acordo com Manoel Ambrosio, a primeira edificacao solidamente construída no Porto foi o mercado, popularmente conhecido como *Intendencia*. A populacao do Porto do Salgado foi aos poucos se adensando. Muitos pescadores construíram os seus casebres em suas imediaes para facilitar o comercio de peixes. A *Intendencia* funcionava como centro comercial para o qual convergiam os fazendeiros, os agricultores de vazante, os geraizeiros da regio e, tambem, carreiros, tropeiros e mascates que singravam pelas estradas entre os sertbes de Goias e da Bahia e o litoral. Segundo informacoes, que Manoel Ambrósio coletou junto ao Relatorio Estatistico apresentado ao Principe pela Camara de Paracatu, no ano de 1826 o Porto do Salgado ja contava com 80 fogos:

[...] Eram casinhas esparsas aqui e ali, obedecendo a um certo alinhamento e que foram aumentando de numero, progressivamente.

A maior parte dos predios era construída de taipa, numerosos cobertos de capim. As ruas primitivas do Porto, algumas de nomes pitorescos, eram as seguintes: Rosario(hoje Santa Cruz), dos Pescadores(a margem do rio, hoje desaparecida) Gameleira, Barrocao, Intendencia, Decafumo, Cantagalo, Catinguinha, Capembas Rajados, Baroneza, Marquezas (AMBROSIO, s/d, p. 24).

O Brejo do Salgado ascendeu a condicao de Julgado em 1814, desmembrando-se de Sao Romao. Em 1833 foi criada a Vila Januaria<sup>7</sup>, exigindo a instalaedo de uma

<sup>7</sup> Existem tees versoes correntes para a possivel escolha do nome Januaria para a Vila. A primeira seria em homenagem a Januario Cardoso, bandeirante paulista que deu inicio ao processo de ocupacao lusa na regio; uma segunda versao, defendida por Saul Martins, atribui o nome a uma cortesana, D. Januaria, uma velha escrava que fugira da Corte, mas ainda, para *encobrir descuidos morais Sua casa era panto de bebedeiras, que terminavam, as vezes, em saraus de consequencias mais desastrosas* (MARTINS, apud. PEREIRA, 2004, P. 585); por ultimo, seria em homenagem a princesa Januaria, filha de Pedro I. Na documentacao analisada a mais comum essa versao, existe, inclusive, registros, que indicam uma visita realizada pelo Conde D'Eu, esposo de Januaria, que *empreendeu penosa viagem para conhecer a cidade que homenageou sua esposa*. (AMBROSIO, s/d.)

Camara Legislativa, com autonomia para atuar por meio de posturas de alcance limitado. Mas, surpreendentemente, o Porto do Salgado e não o Brejo, que já era uma freguesia, ascendeu a condição de sede da Vila:

A nova vila recebeu o nome de Januária em honra da Princesa Januária, irma de D. Pedro II e herdeira presuntiva da Coroa, nome que conserva até nossos dias. Para sede, foi escolhida a povoação do Porto do Salgado, dado a capital importância que representava para as comunicacões, e onde deveria instalar-se a Camara Municipal. A instalação da vila, entretanto, verificou-se na sede do Julgado, a 20 de abril de 1834 e só depois de ouvido o Conselho é que se fez a transferência para o Porto, isto a 12 de outubro do mesmo ano (AMBROSIO, s/d, pg. 01)

A Camara fora a princípio instalada no Brejo do Salgado, sob a alegação de que o Porto carecia de infra-estrutura capaz de abrigar a burocracia administrativa da Vila. Em diversas ocasiões a sede foi transferida ora para o Porto, ora para o Brejo, marcando um período de rivalidades políticas entre o Brejo do Amparo e o Porto do Salgado, como anotou Richard Burton:

A povoação principal, contudo, ficava mais para o interior, no sopé da montanha, e o lugarejo na margem do rio tomou o nome de Porto do Brejo do Salgado, abreviado para Salgado. Naturalmente, as duas localidades eram rivais e inimigas. Em 1833, o Porto tornou-se Vila de Januária, em homenagem a irma do imperador; em 1837, a honraria foi transferida para a povoação do interior; em 1846, devolvida para o Porto; em 1849 mais uma vez atribuída ao Brejo e, finalmente, em 1853, voltou a ficar com a localidade ribeirinha. Esta última argumenta que a localidade do sopé da serra fica muito longe do centro comercial; a outra replica que, pelo menos, não corre o risco de ver até os seus santos arrastados pelo rio. (BURTON, 1977, p. 208)

Os moradores do Brejo tinham razão em pelo menos um aspecto, as condições para o estabelecimento de uma cidade próxima às barrancas do grande rio eram de fato precárias. As cheias representaram durante anos um problema na vida dos moradores de Januária, suscetíveis que estavam à subida incessante do rio. No passado, o São Francisco tragou pelo menos ruas de suas ruas, sem mencionar a quantidade de casebres que se desmancharam com as águas<sup>8</sup>. Em 1852, o engenheiro Henrique Guilhenne Fernando Halfeld, observou com preocupação a necessidade de construção de um cais protetor para a cidade. Alguns anos depois, Richard Burton também se mostraria bastante pessimista sobre a topografia do lugar:

<sup>8</sup> Ainda hoje algumas casas são construídas no leito do grande rio. Durante os períodos de seca, a população que tradicionalmente planta em suas vazantes, constrói e reconstrói suas casas de pau a pique, com enchimento de barro, galhos e folhas. Quando o rio enche e transborda, essas casas, já abandonadas pelos moradores, são parcialmente destruídas pelo rio, muitas vezes, restando apenas o telhado e a estrutura de madeira. Dessa forma, quando os vazanteiros retomam as áreas, basta restabelecer o preenchimento das estruturas e rapidamente, estará pronta para ser novamente habitada.

No sera facil salvar a localidade; ha cerca de vinte anos, metade da Rua do Comercio transformou-se em leito do rio. Foram fmcadas algumas estacas, para medir as cheias, e uma palicada de troncos de arvores defende o barranco de argila arenosa que (Id acesso ao rio, muito perto do qual, em posicao extremamente vulneravel, ha uma fileira de casas baixas, caiadas de branco e corn telhados vermelhos. O perigo principal é acima da cidade, onde urn pequeno canal admite urn vasto afluxo de agua das cheias. Ali seria facil construir urn daqueles diques com que bloqueamos o Indos, perto de Hyderabad (BURTON, 1977, p. 209).

Tais recomendacOes apenas foram atendidas mais de um seculo depois, quando no inicio da decada de 1980, foi edificada uma poderosa balaustrada de concreto e uma grande area de aterro no entorno da cidade para barrar a subida das Aguas. Durante todos os anos anteriores, vez por outra a populacao era surpreendida pelas Aguas. A memoria dessas enchentes foi se consolidando, criando costumes e inventado tradi-cOes, um rico imaginario sobre as cheias de Januarica pode ser coletado junto a seus moradores. Mesmo diante das perdas, que foram muitas, a memoria social guardou momentos de solidariedade e confraternizacao, ao enfrentarem um problema que atingia a todos, ricos e pobres, indistintamente, e tambem, pelo auxilio prestado pelas autoridades estaduais e federais em favor dos desabrigados.

Nas diversas ocasiOes de subida vertiginosa do rio, os moradores das areas afetadas se mudavam para a parte mais alta da cidade, conhecida antigamente como Pequizeiro, proximo ao cemiterio. Ali montavam acampamento, a espera das Aguas baixarem, outros iam para o Brejo do Amparo ou fazendas proximas. A memoria da Ultima grande cheia, em 1979, ainda esta viva para esses moradores, um susto menor, em 2003, so reforçou o permanente estado de alerta. A populacao segue vigilante, a espreitar o rio nos periodos chuvosos, acompanhando a sua lenta subida.

O ano de 1853, marca a instalacao definitiva da sede do municipio no Porto, que passou a se chamar Vila de Januarica. Em 1860 a Vila tornou-se municipio, e em 1861 em cidade. A inauguracao parcial da casa de Camara e Cadeia (atual Casa da Memoria), em 1885, e a construcao do predio da prefeitura, por volts de 1894, garantiram ao Porto o controle da administracao politica e juridica do municipio (PEREIRA, 2004, p. 425-6). A condicao de Julgado aliada a presenca da Capitania dos Portos e dos Correios, foram fundamentais para a consolidacao urbana do municipio.

No final do seculo XIX, a navegacao a vapor tornou Januarica urn centro comercial ainda mais dinamico, consolidando-a como um dos portos mais importantes no Medi° Sao Francisco, ao lado de Juazeiro e Xique-Xique, na Bahia. Essa dinamica comercial exigiu a construcao de varios armazens para a estocagem dos produtos que ali circulavam. Com a prosperidade, comunidades e povoados ja existentes foram se adensando e se espalhando pelas barrancas e ilhas que se formam em seu leito, alem das nascentes dos rios que afluem para o SAO Francisco e das terras ferteis de suas veredas e alto *Gerais*.

Antes da introdução da navegação a vapor, o comércio fluvial no São Francisco era realizado em grandes barcas que traziam produtos industrializados e importados da capital baiana, chegavam em carros de boi e eram embarcados rio acima. Entre Xique-Xique e Juazeiro, regiões salineiras, abasteciam-se com o sal; em Januária, uma parte das mercadorias era desembarcada, parte para abastecer o comércio local e o restante seguia em mulas e carros de boi pela Estrada Real, caminho que leva aos sertões de Goiás e Bahia; as barcas continuavam seguindo o curso do rio em direção a São Romão e Pirapora, levando produtos a Paracatu, que os distribuía em toda a Província de Minas e Goiás. Tais mercadorias eram conduzidas através de caminhos e trilhas que cruzavam vastos sertões, marcando pousos, criando povoados, levando e trazendo informações, dinamizando as relações de troca entre o litoral e o interior. O folclorista Zanoni Neves afirma que: "[...] no século passado (se referindo ao XIX), as articulações entre o Médio São Francisco e Goiás tinham lugar em Januária — a exemplo de São Romão. Até ali, o produto seria levado pelos remeiros nas barcas; dali adiante, o transporte ficaria a cargo dos carreiros." (NEVES, 1997, p. 204).

No retorno, essas barcas faziam o percurso bem mais fácil da volta, descendo o rio, carregados com a matéria-prima dos sertões: couros e peles de animais silvestres, com os subprodutos da pecuária extensiva e víveres alimentares, produzidos nos lameiros e ilhas, nos brejos e nos Gerais e, principalmente, cachaca e rapadura produzidas nos engenhos da região, famosos pela qualidade.

Essas barcas eram conduzidas por fortes remadores que tinham como característica, além da compleição física, um enorme calo no peito provocado pela compressão do remo contra o corpo, no esforço de fazer subir as grandes barcas carregadas rio acima, movidas unicamente pela força humana: "pouquíssimos adotaram a vela. Nas suas laterais uma estreita passagem, denominada coxia, era o eterno itinerário percorrido pelos remeiros, indo e vindo, empurrando-se com as grandes varas, sustentadas num lado, em seus peitos". (PEREIRA, 2004, p. 475). Se por vezes essa vara se partia o acidente era fatal para o remeiro.

Januária chegou a produzir suas próprias barcas, assim como, as típicas figuras de proa, como eram conhecidas as carrancas em princípio, tão peculiares ao São Francisco. De acordo com Lacerda em 1.874 havia 200 barcas circulando pelo São Francisco, a maioria delas trazia presa em sua proa uma carranca. Elas eram entalhadas em um tronco de madeira fink<sup>o</sup>, e afixadas nas barcas, para trazer boa sorte aos navegantes:

Na proa de cada barca vai uma cabeça de bicho. Diz-se que essas cabeças são compradas num saco fechado, que só pode ser aberto no momento em que se vai colocá-las nos barcos. São cabeças de cão, de leão, de cobra, de cavalo, etc. São as carrancas. Protegem a embarcação; e os barqueiros confiam em que

ela, quando a barca estiver para afundar, dud tres grandes gemidos anunciadores. E o bicho protetor. (LACERDA, 1964, p. 101)

No final século XIX, a energia a vapor trouxe os primeiros barcos ao São Francisco. Em 1871 o Vapor Saldanha Marinho fez a sua primeira viagem pelo São Francisco. A mesma experiência ocorria na Bahia com a construção do vapor Conselheiro Dantas, no Rio de Janeiro pelo então Presidente da Província Conselheiro Manuel Pinto de Souza Dantas (MATA-MACHADO, 1991, p. 127). Todavia, a navegação mais sistemática de vapores no São Francisco só ocorreu a partir de 1890, quando a Companhia Viacao Central do Brasil, com sede no Rio de Janeiro, passou a deter a concessão do Estado de Minas Gerais para explorar a navegação no São Francisco pelos próximos 50 anos. Dessa forma, diversos vapores foram incorporados a sua frota.<sup>9</sup>

De acordo com Mata-Machado, durante o período imperial houve um interesse maior, por parte do governo, em ligar o litoral e o sertão por meio da combinação entre o transporte fluvial e ferroviário. Foram realizadas várias expedições para avaliar as possibilidades e os custos dessa empreitada. A primeira expedição foi feita pelo engenheiro alemão Halfeld, entre os anos de 1851 e 1854; em 1868 foi contratado o engenheiro hidráulico Carlos Krauss para nova avaliação e, em 1870, realizou-se um novo reconhecimento nas seções média e superior por Francisco Manoel Alvares de Arango. No entanto, todos os técnicos constataram que, para vencer os empecilhos naturais que rio impunha, seria necessário grandes investimentos de engenharia hidráulica.

Na seção inferior do São Francisco, entre Piranhas e Penedo, próximo ao litoral, as facilidades de navegação eram melhores. No entanto, na seção do Médio São Francisco a navegação era dificultada devido às alterações no nível das águas, de acordo com a estação do ano, e os trechos encachoeirados. Além disso, muitos barcos utilizados pela navegação a vapor não eram adequados ao São Francisco, que exigia embarcações menores e de calado mais raso (MATA-MACHADO, 1991, p. 127-135). Os bancos de areia, ou coroas de areia, que se formam em toda a extensão do Médio São Francisco dificultavam enormemente a sua navegação. Todos esses problemas encareciam sobremaneira o preço dos fretes cobrados, mas, ainda assim, o comércio fluiu, por pelo menos dois séculos, na artéria do rio. Tornando prósperos arraiais e vilas em toda a extensão do Médio São Francisco.

<sup>9</sup> Na virada do século XX, a Companhia Viacao Central do Brasil, passou por sérios problemas financeiros e acabou levada a leilão em 1903. O Estado da Bahia arrematou os vapores e passou a deter o monopólio de navegação no São Francisco. Essa concessão foi administrada parte pelo estado baiano e parte pela iniciativa privada, estruturando-se sob a denominação Empresa de Viacao do São Francisco, que desfrutou do monopólio até 1917. Depois disso, com a abolição da exclusividade baiana, muitas outras companhias passaram a navegar comercialmente no rio, até 1945. (PEREIRA, 2004, p. 488-494)

Todavia, esse sistema de circulacao comecou a ser alterado com a chegada dos primeiros dormentes da estrada de ferro a Pirapora, em 1911. A nova conexao estruturou a circulacao comercial, nessa regio de Minas Gerais, via Pirapora, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, deixando de funcionar no circuito Pirapora-Salvador.

A expansao da malha ferroviaria e a, conseqüente, construcao de rodovias, acabou privilegiando a cidade de Montes Claros que se consolidou enquanto polo regional pela sua centralidade estrategica, favorecida pelas novas conexoes que estavam sendo colocadas. A alteracao no sistema de circulacao, foi responsavel, em grande parte, pela decadencia economica vivenciada nos centros comerciais ribeirinhos ao longo do Medio Sao Francisco, que jamais conseguiram recuperar a prosperidade perdida. Para coroar esse processo, os rios brasileiros tomaram-se fonte energetica por excelencia, fazendo desaparecer cidades inteiras e prejudicando ainda mais a navegacao no Sao Francisco.

Ainda assim, em 1956, durante o governo de Juscelino Kubitschek, estruturou-se um plano de empresa mista para a gestao da navegacao na regio do Medi<sup>o</sup> Sao Francisco. Com a participacao dos Governos de Minas Gerais e da Bahia, foi organizado o servico de Navegacao da Comissao do Vale do Sao Francisco, reunindo o acervo das tees Ultimas viaceies existentes. Em 1963 criou-se a FRANAVE - Companhia de Navegacao do Rio Sao Francisco — que encampou o servico de Navegacao, em uma ultima tentativa de modernizacao do transporte no Rio Sao Francisco:

Foram incorporados 8 empurradores [...] quatro semi-empurradores, dois guindastes e um dique flutuante e 50 chatas, com capacidade para 200 toneladas de carga cada uma, 5 chatas de 400 toneladas e outras chatas menores. [...] o transporte de carga chegou a ser realizado em grandes comboios, constando de um ou dois rebocadores, que puxavam 8 chatas de 200 toneladas cada, num total de 1.600 toneladas. (PEREIRA, 2004, p. 496)

A FRANAVE adquiriu tambem duas Lanchas Onibus, para o transporte de passageiros, a primeira inaugurada em 1966. Mas, estas tambem foram desativadas pela pequena demanda de passageiros.<sup>10</sup>

<sup>10</sup> Hoje, a historia da navegacao a vapor nas Aguas do SAO Francisco, a contada pelo Vapor Benjamim Guimaraes, remanescente do seu periodo de ouro. Entre os anos de 2003 e 2004, o *Benjamim* foi restaurado e agora navega apenas nas imediacoes de Pirapora levando turistas. Segundo consta, é o ultimo barco movido a vapor no mundo. O Vapor Benjamim Guimaraes foi construido em 1912, nos Estados Unidos, por James Rees Sons & Co., singrou pelas Aguas do Mississipi e logo depois foi vendido a Empresa Amazon River Plate & Co., passando a navegar na bacia amazonica, foi adquirido pela familia Julio Mourao Guimaraes, que o montou em Pirapora e deu o nome do patriarca da familia. C.f.: OLIVEIRA, Marco Aurelio. O Vapor Benjamim Guimaraes: a Unica embarcacao movida a lenha do mundo. In.: *Recanto das Letras*, 04/06/2008. Disponivel em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/1018908>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

Todavia, até o início do século XX, o São Francisco era o caminho obrigatório para quem vinha do sertão nordestino em direção aos grandes centros de produção agrícola do país. As pessoas "tomavam" o vapor subindo o rio e muitos acabavam ficando nos portos das principais cidades ribeirinhas: São Francisco, Januária, São Romão e Pirapora. Outros chegavam pelos caminhos dos sertões que ligam Goiás, Bahia e Minas Gerais.

Como toda cidade portuária, Januária recebia um grande fluxo de migrantes, que acabavam fixando residência seja por motivos escolares, seja em busca de melhores condições de trabalho, ou fugindo das secas no Piauí, Pernambuco, Ceará e Bahia. Muitos, apenas de passagem, seguiam rumo às lavouras do Sudeste e Centro-Oeste, até Pirapora, iam em vapores, depois tomavam o trem para Belo Horizonte, seguindo para o Rio de Janeiro ou São Paulo. As palavras de Lacerda são as que melhor descrevem a viagem empreendida por esses migrantes no final da década de 1930:

Os pormenores da emigração são uma página lamentável. Em poucas palavras poderemos escrevê-la, pelo que ouvimos e vimos, pelo que diariamente podem ver quantos se derem ao trabalho de assistir a passagem dos trens da Central, onde permanentemente vêm ligados dois carros especiais de "bairanos", expressão que designa os nordestinos que vêm para as lavouras do sul (...) E na região do S. Francisco, quer no imundo albergue piraporense, ou na Pensão Pinduca, ou na Pensão Juvenil, onde pousam os emigrantes à espera de trem, ou na segunda classe dos vapores, a menos de um palmo do nível do rio, em dezenas de redes entrecruzadas, no calor da fogueira, no frio das quedas de temperatura, como uma carga de gado, aos milhares dos emigrantes(sic) partem para tentar a sorte: "bairanos" que vêm do Ceará, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e até da Bahia ... Aos milhares, amontoados. Nem sempre os que voltam sofreram desilusão. E que muitas vezes o contrato é feito por determinado período, por exemplo, para a colheita de algodão. Terminada a colheita voltam para esperar o ano seguinte. (LACERDA, 1964, p. 115)

A constituição da população de Januária muito se deve a essa intensa movimentação de migrantes. O rio da Integração Nacional integrava um grande contingente populacional do Nordeste brasileiro, que circulava em toda a região do Médio São Francisco, reunidos em um território com características semelhantes e partilhando de um mesmo universo simbólico."

A criação do Colégio São João, em 1932, pelo Padre João Florisval Montalvão e seu irmão Nabal Montalvão, atraiu estudantes de todo o interior nordestino. As

11 Com base em argumentos geográficos, históricos e antropológicos, que defendiam a Unidade Nacional e étnica de um tipo humano único em todo o vale do São Francisco, ao longo do período imperial, houve várias tentativas frustradas, na Câmara e no Senado Federal, de criação da Província do São Francisco. Cf. : MATA-MACHADO, 1991, p. 101)

memórias de Moura Luz sobre as estruturas desse colégio nos faz crer que Januária tornara-se, com o tempo, um polo educacional de referência em todo o seraf nordestino:

Desde a fundação do Colégio ninguém deixou de estudar por falta de oportunidade. Negociava com o aluno e tudo se resolvia. Apesar de ser uma escola particular, a pobreza ali estava, matriculada e respeitada, assim como a classe abastada [...] funcionava na antiga residência dos pais do Monselhor Mont'Alvão. Era um quarteirão quase completo. Ali o Internato Masculino e, em outro pavimento, o Internato Feminino, dirigido pelas irmãs da Sagrada Família. Era uma escola completa. Havia aulas de Música e dela formaram-se duas orquestras, uma de corda, para as mocas, e uma Banda de Música para os rapazes. Acresce-se que contava o Colégio com excelente biblioteca e sala de cinema onde eram exibidos filmes educativos. Havia um Grupo de Teatro com peças encenadas pelos alunos e professores. O esporte era incentivado e havia quadra para a prática de esportes especializados, além de um campo de futebol. O jornal "O Itapiracaba" era editado na gráfica do Colégio. No Grêmio Literário-Cultural foram revelados vários artistas, oradores, escritores e políticos. Havia também um Laboratório de Ciências para as aulas práticas. (LUZ, 2006, p. 53)

Januária reunia uma clientela de estudantes que vinha desde o interior pernambucano e baiano até as cidades mais próximas ao São Francisco. Sendo a instrução paga com certeza ela não era para todos. Como o colégio São João funcionava em regime de internato, concluído os estudos alguns destes estudantes acabavam fixando residência em Januária, em outros casos, famílias mais abastadas encaminhavam os filhos para Diamantina, Belo Horizonte ou Rio de Janeiro para a formação superior. Essa estrutura de ensino, mesmo que precária, permitiu a formação de uma pequena elite letrada que, em geral, se ocupou da burocracia administrativa do município.

Carlos Lacerda, em tom menos romântico que as memórias de Moura Luz, registrou em panorama os aspectos do que levantou em 1937, em sua passagem por Januária:

[...] a 319 km de Pirapora, esta Januária, com uma população de 60.000 habitantes, numa área de 16.822 km<sup>2</sup>. Queixam-se os produtores locais de "superprodução agrícola". Em 1937 havia lá três partidos furiosamente adversários, todos três apoiando o governador do Estado, Benedito Valadares [...] E o império do S. Francisco; ali os municípios ribeirinhos se abastecem de rapadura, arreios, aguardente, mOveis, sabão, tijolos. Alguma prata, extraída do Brejo do Amparo [...] Informa um texto oficial: "Crianças desde 5 anos trabalham na lavoura e nas fábricas".

As casas são construídas e cobertas "de madeira, barro, taipa, cobertas com cascas de madeira ou bagaço de cana". Os proprietários agrícolas ou criado-

res "nao tem servico de contabilidade nem escrituracao, mesmo elementar. Dos 400 estabelecimentos comerciais do municipio, 260 tem capital inferior a 2 contos. O regime de "trocas" ou "barganhas" é vulgar. Oitenta receptores de radio proporcionam samba a populacao, dispondo a infancia numerosissima, como em todo o sertao, de vinte e uma escolas em dezesseis mil km2. [...] A Escola Normal, que la existe, é a (mica novidade do seculo; deste seculo (LACERDA, 1964, p. 77).

Como podemos observar no discurso de Lacerda, o olhar estrangeiro permitia uma leitura menos confiante e indicava diversos problemas pelos quais a cidade atravessa naquele momento. Em seu livro *Desafio e Promessa*, Lacerda faz um balanço sobre a realidade do Vale do São Francisco, e enumera questões, que para ele, seriam fundamentais para dinamizar a economia nessa região. A realidade escolar em Januária, indicada por ele, é preocupante e muito mais precária do que nos deixa supor Moura Luz em suas memórias.

Ao lado do Colégio São João, outras instituições de instrução pública atuavam na cidade durante a primeira metade do século XX: o Grupo Escolar Bias Fortes, fundado em 1927, e a Escola Normal Olegário Maciel, instalada em 1938, ambas com subvenção do estado de Minas Gerais. Na segunda metade do século XX, foram criados o Grupo Escolar Pio XII - atual Escola Estadual Pio XII - (1953) a Fundação Educacional Caio Martins (1956), com subvenção do Governo Federal. Outras instituições de caráter privado passaram a oferecer cursos técnicos, como a Escola Técnica de Comércio, do Colégio São João, que oferecia, além do Ginásio Normal, o Curso Técnico de Contabilidade; e a Escola Nossa Senhora de Fátima, que oferecia o curso primário e manualidades

Ainda assim esses cursos eram insuficientes para atender a demanda. No memorial produzido para o primeiro centenário de Januária, em 1960, o então prefeito Silvio Brasileiro de Azevedo, reconhecia e se justificava diante do alto índice de analfabetismo apresentado pelo município: "Melhoraram crescentemente os índices de instrução pública, no município. Sem embargo, a taxa de pessoas alfabetizadas deixa muito a desejar, sendo a população em idade escolar, em toda a área municipal, bastante elevada". (AZEVEDO, 1961, p. 13). Ainda hoje Januária ocupa uma triste posição no sistema educacional mineiro. Um mapeamento realizado pela Secretaria de Educação de Januária, em 2004, sobre a realidade das escolas da zona rural de Januária, revelou um quadro de descaso e abandono crônico. Aqui indicamos traço de permanência histórica no município de Januária.

De toda forma a cultura erudita circulava, juntamente com a cultura popular sertaneja, em diferentes espaços da cidade. Os relatos indicam que os ternos e grupos da religiosidade popular eram, em geral, acompanhados por músicos das orquestras filarmônicas da cidade, inserindo clarineta, rabeça, saxofone, flauta, viola em suas tradições. Até hoje na região é comum, na região, a contratação de

miisicos profissionais para fazer o acompanhamento de Ternos de Reis e de Sao Goncalo.

As primeiras projecoes cinematograficas em Januaria sao datadas de 1920, quando o cinema anda era mudo e acompanhado por orquestra. Na decada de 1950, a Sociedade Opthria, construiu um amplo cine-teatro: "em seu palco foram apresentadas numerosas pecas teatrais, e shows de artistas de renome, como: Angela Maria, Nelson Gonsalves, Emilinha Borba e outros, alem de programas de calouros, aos domingos". (PEREIRA, 2004, p. 556-7)

Outro aspecto de permanencia em Januaria diz respeito a sua tradicao politica. A violencia, ao lado da corrupcao, talvez, seja uma de suas caracteristicas mais constantes em toda a historia de sua administracao piiblica. A politica nos sertbes do Sao Francisco se fez, historicamente, pela violencia de bandos armados sob o mando de coroneis que, por meio de acordos politicos com deputados e governadores, decidiam os rumos da politica local. Guimaraes Rosa alertou: "Deus mesmo, quando vier, que venha armado! E bala é um pedacinhozinho de metal" (ROSA, 2001, p. 35).

Em seu celebre romance *Grande Sertao: veredas*, Guimaraes Rosa relata a violencia do cangaco nos sertOes de Minas Gerais, no final da Primeira Rep6blica. Em sua narrative ficcional Januaria e por ele representada por ele como um espaco novo de vida urbana, civil e ordem juridica:

E, desde, naquela hora, a minha ideia se avancou por la, na grande cidade de Januaria, onde eu queria comparecer, mas sem glorias de guerra nenhuma, nem acompanhamentos. Alembrado de que no hotel e nas casas de familia, na Januaria, se usa toalha pequena de se enxugar os pes; e se conversa bem. Desejei foi conhecer o pessoal sensato, eu no meio, uns em seus pagaveis trabalhos, outros em descanso comedido, o povo morador. A passeata das bonitas mops morenas, tab socialmente, algumas delas com cabelos mais pretos rebrilhados, cheirando a oleo de umbuzeiro, uma flor airada enfeitando o espirito daqueles cabelos certos [...] (ROSA, 2001, p. 354)

De acordo com o critico literario Luiz Roncari é possivel contrapor a essa visao idealizada, construida por Rosa, uma cronica de Marques Rebelo, datada de 1939. Rebelo afirma que Januaria: "so se tornou pacata e ordeira, urn centro exemplar da vida civil, depois de 1937, com o advento do Estado Novo. Antes disso, ele diz que dominava nela a ordem jagunca, que ele chama de a `politicalha sangrenta' [...]". Acompanhemos a descricao:

Januaria era terrivel de politicalha sangrenta. A jaguncada enxameava as suas ruas de areia, matando, depredando, intimidando, aniquilando-a. Cada chefe politico tinha o seu bando, fascinas que vinham do sertao baiano, do sera() goiano, do Alto Pirapora, e que matavam por cinco mil reis. Era eleitos deputa-

dos que nunca viram Januaria, eram eleitos prefeitos que não sabiam escrever o nome, toda a receita do município era gasta nas lutas políticas, as cruzes de madeira, tão simbólicas, multiplicavam-se nas encruzilhadas e veredas de emboscada. (REBELO APUD RONCART, p. 75).

Com o advento do Estado Novo a política dos coroneis teria sido virtualmente substituída pela política de Estado. Maria Isaura de Queiroz afirmou que no Vale do São Francisco a estrutura coronelística existiu em sua forma mais exacerbada durante as primeiras décadas do século XX. Na colônia o chefe político local, era o potentado, o seu poder era absoluto na região e dificilmente contestado, com um exército próprio, aplicava leis consuetudinárias. No Império essa atividade foi oficializada com a criação da Guarda Nacional, nas palavras de Mata-Machado: "os chefes locais, amparados por seus 'parentes' (incluindo os agregados), eram os responsáveis pela manutenção da ordem e da justiça [...] deu aos potentados patentes militares que os legitimavam como membros da política oficial".<sup>12</sup>

Esse modelo político-administrativo prevaleceu durante toda a Primeira República e se institucionalizou por meio do fortalecimento da federação e da municipalidade:

Os grupos políticos interessados no controle estadual buscavam apoio eleitoral nos coroneis em troca de benefícios para os chefes locais e seus municípios. Freqüentemente se dividiam em torno do poder, mas eram governistas para todos os assuntos exteriores ao município. Apoiavam o mesmo governador para evitar que depois das eleições fossem nomeadas autoridades policiais, fiscais, educacionais, e sanitárias destinadas a fortalecer o grupo adversário. (MATA-MACHADO, 1991, p. 136)

A maioria desses coroneis era grandes proprietários de terras e comerciantes na cidade. Os grupos se dividiam, em duas facções políticas, Liberais e Conservadores, disputando ferrenhamente o poder local. Não que suas ideologias políticas fossem diferenciadas, era comum ambos apoiarem os mesmos governantes e se utilizarem dos mesmos expedientes para alcançar seus objetivos. Famílias de fazendeiros e comerciantes resolviam suas pendências lançando mão das piores arbitrariedades possíveis. Manuel Ambrosio relata os assassinatos, em 1841, do padre Francisco José de Azevedo, no Porto do Salgado; e do Dr. João Bernardo

<sup>12</sup> A Guarda Nacional, criada durante o governo imperial em 1831, tinha os seus quadros nomeados pelo governo central ou pelos presidentes de província, possibilitando o tráfico de influências e a corrupção política. No Brasil dessa época o predomínio político era o das oligarquias agrárias, e seus líderes eram grandes latifundiários que financiavam as campanhas políticas de seus afilhados, acumulando para si o comando da Guarda Nacional. Com tal estrutura política, a patente de Coronel da Guarda Nacional passou a ser equivalente a um título nobiliárquico, concedido de preferência aos grandes proprietários de terras que, se utilizando de expedientes violentos e fraudulentos conseguiam impor a ordem sobre o povo. C.f.: MATA-MACHADO, 1991, p. 135.

de Vasconcelos Coimbra, nomeado Juiz e Delegado de Policia, que em 1854 sofreu uma emboscada proximo ao Brejo do Amparo. 13

Com o fim do periodo imperial, a disputa pelo poder local regional em Januaria, ao longo de toda a Primeira Republica, travou-se entre duas faccoes rivais, o Partido Luzeiro e Escureiro. Os Luzeiros foram assim nomeados devido ao engajamento politico do Jornal A Luz, criado em 1901 pelo intelectual Manoel Ambrosio, que promovia uma ferrenha oposicao a politica vigente (LIMA, 1961, p. 56). Os Escureiros, por seu turno, ganharam essa alcunha por oposicao aos luzeiros.

A polarizacao partidaria, que desde os tempos do Imperio se resumia na alternancia de poder entre Conservadores e Liberais, perpetuou-se no periodo republicano com os mesmos coroneis de outrora, agora sob nova denominacao. Em 1912, um acontecimento teria agravado a situacao de discordia politica. Segundo Jonas Vieira Lima, o pleito que definiria o novo chefe do executivo foi realizado em clima de tensao e o seu resultado foi uma inexplicavel dualidade camararia, ou seja, os dois partidos em disputa julgaram-se vitoriosos e arrogaram-se o direito ao poder (LIMA, 1961, p. 56).

O Cel. Artur Pimenta, Luzeiro, e o Cel. Joao Ferreira Barros Caciquinho, Escureiro, assumiram o mandato ao mesmo tempo. Para resolver o impasse convocou-se a Camara Estadual, que deu ganho de causa a corrente do Cel. Artur Pimenta, por ser este um aliado politico. O partido da situacao, por sua vez, recorreu ao Senado, que indicou o nome do Cel. Joao Ferreira B. Caciquinho. Essa decisao acirrou ainda mais os animos em disputa. Como ambos os partidos apoiavam a politica do Governo do Estado, de Julio Bueno Brandao, um delegado especial foi enviado para apaziguar a situacao. A solucao encontrada foi a criacao de um directorio conjunto para administrar o municipio. De acordo com Jonas Lima, essa crise politica agravou a cisao entre os partidos do municipio.

Mesmo com uma oposicao acirrada, os Escureiros permaneceram invictos a frente do Executivo ate os anos de 1930. Fato que pode ser explicado pela maneira escusa em que se realizavam os pleitos. Praticas como a compra de votos, o clientelismo, a violencia e a fraude nas urnas garantiam a perpetuacao dos que estava no comando. Como a maior parte dos cargos da administracao publica era considerada de confianca, um amplo poder de manipulacao era exercido pelo grupo dominante.

13 Um episodio ilustra esse cenario politico de arbitrariedades. Na segunda metade do seculo XIX um evento que se tomou conhecido como o Barulho do Neco espalhou pânico a populacao de Januaria. A narrativa de Teodoro Sampaio tornou celebre o fato, na sua descida pelo São Francisco na comissao de Milnor Roberts em 1879. A memoria de Manoel Ambrosio, jovem morador da cidade a epoca, traz uma versao tambem rica em desdobramentos desse episodio. (C.f AMBROSIO, s/d.).

Quando acompanhamos os dados de sucessão política em Januária, evidencia-se que, embora as disputas políticas entre os coroneis se findaram junto com a Primeira República, as mesmas famílias continuaram exercendo o mando ao longo de toda a história política do município, atravessando a Ditadura Vargas, o governo Dutra, J.K., alcançando as nomeações durante a ditadura militar e o período de redemocratização do país. Representantes das mesmas elites de outrora, membros da oligarquia rural e comercial, continuavam envolvidos ativamente nos processos sucessórios.

Na monografia "Januária Centenária: um estudo sobre política e imaginário", Elza Cristiny Carneiro Mota evidencia o continuismo político de Januária vinculado ao poder dos antigos coroneis escureiros, que, para ela, permaneceu inabalável até a década de 1960:

Com o fim do Estado Novo e a democratização do país, as eleições municipais voltaram e o primeiro prefeito eleito nesta nova fase foi novamente o senhor Mario José Lisboa. O segundo prefeito eleito, Tiberio Teixeira Bastos, teve sua candidatura também influenciada por Mario Lisboa. Em 1955 ele próprio retornaria ao cargo de prefeito para o seu terceiro mandato e apoiaria a candidatura do próximo prefeito a ser eleito, o senhor Silvio Brasileiro de Azevedo. (MOTA, 2009, p. 20)

Mario Lisboa foi o primeiro prefeito eleito em Januária, com o fim da Ditadura Militar. Nomeado pela primeira vez para o cargo em 1946, durante a Ditadura Vargas. Era remanescente do antigo Partido Escureiros. Com a extinção de seu partido, durante o regime varguista, filiou-se ao PSD. Agrimensor de ofício e proprietário de terras, não era um coronel de patente, pois esse cargo já não mais existia, mas era considerado como tal pela população (MOTA, 2009). Mario Lisboa foi um dos coroneis que mais vezes ocupou a cadeira do executivo municipal. Foi prefeito por quatro mandatos e influenciou os bastidores políticos de todos os seus sucessores eleitos, até o final da Ditadura Militar. A única exceção foi a eleição de um representante da coligação UDN-PR, Sebastião Carlos de Matos, que assumiu a cadeira do executivo na última eleição direta antes do golpe Militar, no conturbado pleito de 1963 a 1966.

Pela primeira vez na história do município, a oposição, aglutinada em torno da UDN (União Democrática Nacional) conseguia eleger um representante, desde que uma oposição sistemática foi fundada em torno do Partido dos Luzeiros, em 1903. Contudo, a política democrática no país foi interrompida mais uma vez, dessa vez pelas forças militares, que ocuparam o poder pelos trinta anos seguintes. (PEREIRA, 2004, p. 229)

A cidade de Januária, que durante o século XIX e os primeiros anos do século XX era considerada promissora, tornou-se tristemente famosa na mídia, na segunda

metade do século XX e início do XXI. Não apenas por seus baixos indicadores sócio-econômicos, mas pelo alto índice de corrupção orquestrada por seus dirigentes políticos. Com o fim da Ditadura Militar, foi eleita a primeira mulher para o cargo de prefeita do município, Maria da Conceição Lima Monte Alto, apoiada pela coligação PMB (Partido Municipalista Brasileiro) e o PDT (Partido Democrático Trabalhista). No entanto, Maria Conceição, não chegou a cumprir todo o mandato, no último ano de sua gestão foi cassada por irregularidades em sua administração. Assumiu em seu lugar o vice, Josefino Lopes Viana, que retornaria mais tarde a cadeira do Executivo para cumprir mais dois mandatos consecutivos, entre 1997-2000 e 2001-2004. Todavia, na sua segunda gestão se viu envolvido em denúncias por corrupção e desvio de verbas públicas, sendo também cassado.

Antes dele, porém, assumiu João Ferreira Lima, em seu terceiro mandato. Antigo luzeiro, que já havia ocupado o Executivo Municipal em outros dois mandatos por indicação do Colegió Eleitoral durante o Regime Militar. João Lima foi reeleito para um quarto mandato no período de 2005-2008. Mas, também não chegou ao seu fim, foi afastado por denúncia de envolvimento no escândalo da "Máfia das Sanguessugas". Assumiu seu lugar o vice, Sílvio Aguiar, que por seu turno, e em curto período de tempo, também respondeu a processos de improbidade administrativa. Este pequeno município de Minas tornou-se célebre no noticiário nacional pela quantidade de prefeitos envolvidos em denúncias de corrupção, como noticiou o Globo em outubro de 2008:

Januária, que fica ao norte do estado e bem as margens do Rio São Francisco, é um município rural. Tem 43 mil eleitores que, nos últimos anos, passaram por uma troca-troca político quase inacreditável. Em quatro anos, seis prefeitos. O motivo de tantos administradores municipais terem sido cassados em tão pouco tempo foi o mesmo: desvio dos recursos públicos ou a popular corrupção (*O Globo*, 2008)

O último prefeito eleito em Januária para a gestão 2009-2012, Maurílio Arruda, já teve que se defender em diversas ocasiões, durante o seu atual mandato, de denúncias de fraude em licitações e compra de votos. Em algumas dessas denúncias já houve inclusive punição, conforme divulgou o Jornal Hoje em Dia, em Janeiro de 2011. (SANTOS, 2011)

Como podemos observar em Januária, uma cultura política autoritária e arbitrária ainda hoje prevalece como resquícios do coronelismo, preservando muitas de suas antigas práticas, principalmente, no que tange a compra de votos, trocam de favores e na utilização dos recursos públicos. Por meio de novas estratégias, perpetuam-se antigas formas de poder e exclusão. O cenário político de Januária é caótico a saúde pública, a educação, o transporte e o saneamento públicos agonizam. Enquanto isso, a população, acostumada em *arranjar um jeito pra viver* busca soluções mais autônomas para seus problemas.

Sem contar com os poderes constituídos localmente, camponeses e comunidades de remanescentes indígenas e quilombolas reivindicam, por meio de associações e cooperativas, o direito de acesso à terra, lançando mão de argumentos que se baseiam em critérios de ancestralidade e pertencimento; a sociedade civil se esforça para inserir o município no roteiro turístico do estado, chamando a atenção para sua importância histórica, cultural e natural; comunidades geraizeiras e vazanteiras se organizam para permanecer em suas antigas áreas de ocupação, diante da iminente ameaça de despejo pelos órgãos ambientais; foliões e produtores da cultura popular reinventam suas tradições para preservar antigos costumes.

As permanências e discontinuidades presentes na paisagem urbana e rural da Januária de hoje evidenciam que o passado ficou para trás, mas é possível retomá-lo para nos usos no presente. O reconhecimento do patrimônio material e

o incentivo à preservação de antigos saberes, a subsunção de uma identidade cultural sertaneja-barranqueira, aliada a tecnologias de informação e redes sociais, são ferramentas para que o passado perdido se harmonize com os conflitos impostos pela modernização.

#### Referências

ABREU, João Capistrano de. *Caminhos antigos e povoamento do Brasil*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, USP, 1989, PG. 106.

AMBROSIO, Manoel. *História de Januária*. Januária: s/e, s/d. (consulta aos originais, sob guarda UNIMONTES/Januária)

ANTONIL, André João. *Cultura e opulência do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. USP, 1997 (Reconquista do Brasil, v. 70);

AZEVEDO, Sílvio Brasileiro de. O município e suas possibilidades. In.: *Januária: comemoração do 1º Centenário*. Januária: P.M. Januária, 1960, pp.10-18;

BURTON, Richard. *Viagem de canoa de Sahara ao Oceano*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1977. p. 359.

BUSTAMANTE, Patrícia; et al. Recursos Genéticos Utilizados para Alimentação pelas Famílias dos Agricultores da Comunidade Água Boa 2, no Município de Rio Paro de Minas/MG. In.: <[http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/108.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/108.pdf)>. Acesso em: 16 maio 2011.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@*, Januária. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 02 jul. 2011;

COELHO, Marco Antonio. *Os descaminhos do Selo Francisco*. Sao Paulo: Paz e Terra, 2005.

COSTA, Batista de Almeida. O jogo de espelhos da memoria e da historiografia: as origens da ocupacao e povoamento do Norte de Minas. In.: *Funorte Humanidades*. Montes Claros: Funorte, v. 1, n 1, 2006, p. 35-49.

LACERDA, Carlos. *Desafio e promessa: o Rio Sao Francisco*. Rio de Janeiro: Record, 1964.

LIMA, Jonas Veira. Januaria e seu passado politico. In.: *Januaria: comemoracao do 1º centenario*. Januaria: P.M. Januaria, 1960, pp. 51-58.

LUZ, Geraldo Moura. *Folhas de outono: memórias*. Vicosa: Typografica, 2006.

MATA-MACHADO, Bernardo Novais da. *Historia do sertao noroeste de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1991.

MOTA, Elza Cristiny Carneiro. *Januaria centenaria: um estudo sobre politica e imaginario*. 2009. Monografia (Historia) Institute Superior de Educacao de Januaria/ ISEJ, CEIVA, Januaria, 2009.

NEVES, Zanone. Januaria na Literatura dos Viajantes. In.: *Boletim- Comissdo Mineira de Folclore*, no 18, Nov/1997, p. 201-205. (Edicao Especial: 100 anos de BH, 80 anos de Saul Martins).

Os Brasileiros que lutam contra a corrupcao. *Jornal Nacional: edicao do dia 02/10/2008*. In.: <<http://jornalnacional.globo.com/Telejornais/JN/0,,MUL783103-10406,00.html>>. Acesso em: 01 jul. 2011.

PEREIRA, Antonio E. *Memorial Januaria: terra, rios e gente*. Belo Horizonte: Mazza Edicoes, 2004.

PINTO, Alfredo Moreira. *Apontamentos para o Dicionario Geographico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1896. p. 269-70.

RODRIGUES, Luciene. Formacao economica do Norte de Minas e o periodo recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fabio M. Et al. *Formacao social e economica do Norte de Minas*. Montes Claros: UNIMONTES, 2000. p. 105-173.

REBELO, Marques apud. RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosas: mito e historia no universo rosiano: o amor e o poder*. Sao Paulo: Editora UNESP, 2004. p. 75-6 (nota 26).

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. Historia Ecologica do Sera° Mineiro e a Formacao do Patrimonio Cultural Sertanejo. In.: LUZ, Claudia & DAYRELL, Carlos (orgs.) *Cerrado e desenvolvimento: tradicao e atualidade*. Montes Claros: Unimontes/CAA, 2000. p. 47-106.

RONCARI, Luiz. *O Brasil de Rosas: mito e historia no universo rosiano: o amor e o poder*. Sao Paulo: Editora UNESP, 2004.

ROSA, Joao Guimaraes. *Grande Sertdo: veredas*. 19. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas provincias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Traducao de Vivaldi Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000.

SANTOS, Humberto. Justica pune prefeito e vice-prefeito de Januaria. *Jornal Hoje em Dia*, 13/01/2011. In.: <[http://www.hojeemdia.com.br/cmlinldhoje-em-dia/noticias/politica/justica-pune-prefeito-e-vice-prefeito-de-januaria-1.2273\\_55](http://www.hojeemdia.com.br/cmlinldhoje-em-dia/noticias/politica/justica-pune-prefeito-e-vice-prefeito-de-januaria-1.2273_55)>. Acesso em: 05 jul. 2011.

SILVA, Rosangela Correa da. *O caminho dos sert5es no processo de colonizactio de Janudria*. 2007. Monografia (Historia) Institute Superior de Educacao de Januaria/ISEJ, CEIVA, Januaria, 2007;

VASCONCELOS, Diogo de. *Historia media de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.